

RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS

Nos Tribunais dos Distritos dos Estados Unidos

Uma Grande Variedade de Opções Processuais

Os mecanismos alternativos de resolução de litígios (RAL) podem ser públicos (iniciados por e envolvendo o tribunal) ou privados (iniciados e controlados pelas partes). Alguns mecanismos RAL públicos usados em disputas civis nos tribunais de distritos federais dos EUA (julgamento em níveis) incluem:

- Mediação anexa aos tribunais (em que uma pessoa neutra facilita a discussão entre as partes para resolver o caso);
- Arbitragem anexa aos tribunais (onde uma pessoa neutra ouve apresentações pelos advogados das partes e emite uma decisão não vinculativa por escrito);
- Avaliação neutra inicial (ANI) (uma pessoa neutra ouve apresentações pelos advogados das partes e fornece às partes uma avaliação dos pontos fortes e fracos das suas alegações e defesas);
- Júri abreviado ou julgamento de tribunal abreviado (onde os advogados apresentam seus casos de forma resumida a um júri ou um juiz e o tomador de decisão emite uma decisão recomendada);
- Semana de acordo (quando um tribunal suspende as audiências por uma semana e permite que as partes estejam prontas para o julgamento usem as salas do tribunal para mediar as disputas com a ajuda dos mediadores experientes), e
- Mestres especiais (onde um juiz nomeia um advogado experiente, acadêmico, ex-juiz, ou magistrado para mediar uma disputa sob a Norma 53 das Normas Federais de Processo Civil).

Além desses procedimentos da RAL, muitos juízes realizam conferências de acordos sob a autoridade da Norma 16 das Normas Federais de Processo Civil. Conferências de acordos por mediação e integrado com juiz são os métodos mais comumente usados para ajudar as partes nas negociações do acordo.

Autoridade para a RAL nos EUA Tribunais Distritais

- A Lei de Resolução Alternativa de Litígios de 1998 exige que cada tribunal distrital federal implemente um programa de RAL que ofereça pelo menos um forma de RAL para as partes em processos cíveis. A Lei autoriza os tribunais a exigirem que casos participem da RAL, mas limita essa exigência à mediação e ANI.
- A Lei de RAL de 1998 deixa a maioria das decisões sobre como fornecer RAL ao critério de cada tribunal distrital, por exemplo, decisões sobre que tipo de RAL fornecer, que tipos de casos devem se referir a RAL, quais qualificações as pessoas neutras de RAL devem ter, e se as pessoas neutras serão compensadas. Consequentemente, os programas de RAL variam de modo considerável de tribunal para tribunal.

Tipos de Provedores e Taxas para a RAL anexa aos Tribunais

- Em alguns tribunais, os juízes servem como mediadores, embora muitos preferem não realizar mediações em seus próprios casos porque a disputa pode avançar para julgamento. Para evitar conflitos entre seu mediador e os seus papéis no julgamento, os juízes podem encaminhar os casos para a mediação de um colega.
- Em outros os tribunais, uma entidade privada ou individual - muitas vezes um advogado - fornece assistência qualificada e neutra na resolução de litígios. Muitos destes tribunais estabelecem painéis de partes neutras, que devem atender aos requisitos de formação especificados, para prestar serviços de RAL para os casos mencionados de RAL. Alguns tribunais exigem que as partes compensem a parte neutra, outros exigem que as partes neutras prestem serviço RAL sem nenhuma compensação.

Como os Casos de Tribunais São Recomendados como RAL

- Alguns tribunais exigem que todos os processos civis tentem alguma forma de RAL antes do julgamento. Embora a participação no processo de RAL seja obrigatória, as partes não são obrigadas a aceitar a resolução vinculada do assunto. Se as partes não chegarem a um acordo, a disputa continua através do processo de litígio normal.

- Alguns tribunais recomendam somente algumas disputas como RAL. Os casos escolhidos tanto como resultado da predisposição das partes de usar uma RAL de modo voluntário ou após uma determinação do juiz ou de um administrador de RAL no tribunal que um litígio específico é apropriado para RAL.
- As partes podem também se envolverem em formas particulares de RAL em qualquer ocasião antes do julgamento.

Benefícios da RAL

- Os tribunais podem diminuir os pedidos pendentes de casos, garantindo o uso eficiente dos recursos jurídicos.
- As partes podem obter uma resolução rápida das disputas, muitas vezes numa configuração menos formal do que a do tribunal. A RAL também fornece procedimentos e resultados que sejam personalizados mais próximos às necessidades individuais das partes.
- As partes ficam muitas vezes mais satisfeitas com os resultados e processos disponíveis na RAL do que no litígio.
- Os advogados diversificam suas habilidades agindo tanto como conselheiro nos processos de RAL quanto uma pessoa neutra de RAL. Os advogados que usam RAL podem também fornecer aos clientes serviços de resolução de disputas que sejam mais apropriados com os tipos de questões em risco.

Quando usar RAL

Nem toda disputa é apropriada para RAL. A mediação pode ser mais eficaz em situações quando:

- As partes querem preservar um relacionamento contínuo entre si;
- A questão primária envolve mais danos monetários do que de obrigações;
- Não há necessidade ou intenção de criar uma jurisprudência;
- Os riscos monetários ou emocionais são altos;
- O caso é complexo ou de natureza técnica;
- A disputa se beneficiaria de uma solução criativa; e
- Ambas as partes são representadas por um advogado ou nenhuma das partes são representadas por um advogado.

Impondo RAL

- As decisões e acordos de RAL anexa aos tribunais são não vinculatórias em todas as formas da RAL, salvo se as partes concordarem em tornar o resultado vinculatório.
- Se as partes concordarem que o resultado seja vinculatório, as assinaturas do acordo cria um contrato que é executável da mesma forma que qualquer outro contrato.

Fatores que Levem a um Programa de RAL anexa aos tribunais Bem Sucedido

- Um programa de RAL deve ser um método confiável na recomendação de casos para RAL, seja através de conversa do juiz com as partes, uma pessoa da equipe de seleção dos casos elegíveis, ou qualquer outro método que garanta que os casos apropriados sejam direcionados à RAL. Um programa sem casos não inspira confiança.
- Os processos de RAL que fornecem pessoas neutras de RAL devem fornecer pessoas neutras bem treinadas e respeitadas no meio. As partes não usaram um processo de RAL se as mesmas não confiarem nas pessoas neutras ou no processo. Os criadores do programa devem considerar como identificar pessoas neutras qualificadas, se essas pessoas neutras devem ser compensadas por seu tempo, e, se sim, quem fará o pagamento.
- Um programa de RAL precisa de partidários que sejam respeitados na comunidade jurídica, tais como juízes proeminentes, que patrocinarão o programa e promoverão seu uso. Por este mesmo motivo, um programa de RAL precisa de alguém no tribunal para gerenciar e supervisionar o programa.
- Os processos de RAL devem ser planejados tendo em mente as “melhores práticas” identificadas de modo empírico. A experiência sugere, por exemplo, que a RAL funciona melhor quando uma parte com autoridade para tomar decisões esteja presente no processo. Os tribunais devem, portanto, indicar se

e até que medida as partes (ao contrário de seus advogados e representantes) devem estar presentes nas sessões de RAL.

- As normas para o processo de RAL - particularmente as normas que definem o processo e descrevem a seleção de casos, seleção de pessoas neutras, compensação, andamento do processo, e como arquivar um acordo - devem ser acessíveis facilmente às partes que arquivam o caso no tribunal e às pessoas recomendadas para RAL.

Recursos Adicionais

Um diretório de recursos de todos os programas de RAL e mediação estadual foi elaborado pelo Centro para Resolução Apropriada de Disputas da Educação Especial (CADRE). Veja <http://www.directionservice.org/cadre/pdf/State%20ADR-Mediation%20Directory.pdf>. Informações sobre o uso de RAL pelo governo federal dos EUA está disponível através do Departamento de Justiça dos EUA. Veja <http://www.justice.gov/olp/adr/doj-statistics.htm>. Uma lista de serviços das regras para os tribunais distritais federais dos Estados Unidos sobre a RAL também está disponível através do Departamento de Justiça dos EUA. Veja <http://www.justice.gov/olp/adr/compendium.html>. O Centro Judiciário Federal também tem uma grande variedade de recursos disponíveis online. Veja <http://www.fjc.gov>.